

Assembleia Municipal da Ribeira Brava



Ata Nº 07/2014

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze

-----Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e catorze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: Teresa Maria Corte Gonçalves, Domingos Sousa Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Luís Gaudêncio Fernandes, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Catarina Jesus Silva Almeida, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues, Manuela Jesus Gomes e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Os deputados José Armindo Pereira Pestana do PSD e o deputado Humberto Jorge Faísca Silva do PS faltaram à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes os senhores João Batista Pereira Silva, Emanuel Higino Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

-----Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo conforme alínea c) do número dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta de “Taxa Municipal pelos direitos de passagem para o ano de dois mil e quinze” conforme a alínea b) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e

treze.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta de “fixação da taxa da participação no IRS para o ano de dois mil e catorze” conforme a alínea d) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação da proposta de aplicação da taxa de IMI para o ano de dois mil e quinze.-----

-----Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do “Plano de ação para a energia sustentável no Município de Ribeira Brava para o horizonte temporal de dois mil e vinte”, conforme alínea h) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto seis – Apresentação, discussão e votação das propostas de alteração ao Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo no Município de Ribeira Brava, conforme alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à discussão da ata número seis de dois mil e catorze, com as devidas alterações propostas pelo deputado Luís Pestana do CDS: “Eu Luís Pestana, deputado municipal eleitos pelas listas do CDS-PP venho por este meio requerer que alterem o parágrafo no que concerne à votação do ponto seis da ordem de trabalho da ata número seis de dois mil e catorze da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e catorze. Onde se lê “Colocado à votação o ponto número seis foi aprovado por maioria, com cinco abstenções do CDS”. Deve-se ler “Colocado à votação o ponto número seis foi aprovado por maioria, com cinco votos contra do CDS.”-----

-----Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções, uma do PSD e outra do PS.-----

-----O Presidente da Assembleia informou os deputados acerca da correspondência recebida, nomeadamente um pedido de informações pelo PTP, informações do representante da Assembleia na Comissão do PDM, convites de vários municípios dirigidos ao Presidente da Assembleia. No que a este ponto diz respeito o Presidente da Assembleia referiu que por não ter meios logísticos e ter a sua atividade profissional, não tem disponibilidade para estar presente em todos os eventos em que é convidado, sendo assim só comparecerá àqueles em que seja imperativa a sua presença. A Mesa da Assembleia também recebeu os relatórios de saneamento financeiro e de auditoria externa enviados pelo executivo da Câmara Municipal, os quais foram questionados pelo Presidente da Câmara Municipal se não deveriam entrar na ordem de trabalhos da presente sessão, no entanto o Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com a leitura do Regimento da Assembleia Municipal interpretou que os dois relatórios deveriam ser dados a conhecer à Assembleia, mas não como pontos da ordem de trabalhos.-----

-----No período de Antes da Ordem do Dia o deputado Marco Almas do PTP apresentou a seguinte proposta sobre a realização de uma Assembleia Municipal

X
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Extraordinária:-----

-----“ Considerando que o Plano Diretor Municipal é um instrumento de grande importância técnica e política para o desenvolvimento do concelho, interferindo na vida económica e social dos munícipes, propomos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que, em defesa dos interesses municipais, deverão ser dados a conhecer os pareceres emitidos por diversos organismos regionais sobre o PDM, incluindo o parecer desfavorável. Só assim, quando estas propostas estiverem em discussão, os deputados municipais poderão ter uma ideia clara e o conhecimento concreto do documento em análise e que se pretende aprovar. Tendo em consideração o anteriormente exposto, proponho ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que agende uma Assembleia Municipal Extraordinária com este propósito.”-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal remeteu para o artigo nove do Regimento da Assembleia Municipal, referindo que uma sessão extraordinária só pode ser solicitada por requerimento.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou se um terço dos deputados votarem a favor se a sessão extraordinária não pode ser aprovada.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a figura que consta do Regimento é a de requerimento e não de votação em sessão da assembleia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra, a qual foi concedida. O Presidente Ricardo Nascimento disse, em relação ao PDM, já foi realizada a quarta reunião de avaliação e que nessa reunião foi dado um prazo de um mês, até quinze de junho, para que as diversas instituições enviassem os pareceres finais, no entanto no final desse mês ainda faltavam muitos pareceres. Na última reunião de Câmara foi aprovado o PDM e será colocado à discussão pública, com uma sessão de apresentação no dia seis de outubro. A população poderá fazer propostas e enviar à Câmara, durante os trinta dias úteis em que estará o PDM em discussão, e todas as propostas serão analisadas e respondidas. O Turismo no seu parecer põe em causa a densidade de construção em certas zonas do concelho, mas a câmara não irá fazer alterações.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP referiu que a sua proposta vem no sentido de esclarecer e salvaguardar os interesses dos ribeirabravenses.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal questionou o preponente se queria que a proposta fosse votada pela Assembleia, sabendo que não teria qualquer valor efetivo.-

-----O deputado Marco Almas do PTP, que apresentou a proposta retirou a mesma, pois vai contra o Regimento da Assembleia.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS felicitou o executivo pela iluminação do túnel da Adega, mas questionou os valores gastos, visto que foram colocadas mais luzes e a câmara anteriormente disse não ter possibilidades financeiras.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que inicialmente tinha percebido que a pretensão da iluminação do túnel da Adega era durante o dia e noite e isso não seria possível devido aos encargos acrescidos. No entanto, quando recebeu o ofício da Junta

Handwritten signature and initials:
A
[Signature]
[Signature]
[Signature]

de Freguesia de Campanário a pedir a reparação da iluminação, enviou para a Empresa de Eletricidade que fez a reparação sem qualquer custo.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou de que forma e onde a Câmara irá empregar a verba atribuída, de seiscentos mil euros, no Orçamento Retificativo do Governo Regional, no sentido de repor os contratos programa com as Câmaras. A deputada também questionou o aumento do valor do palco utilizado na Festa Romarias da Madeira, no Campo Municipal, para dois mil quatrocentos e quarenta euros, quando na sessão anterior da Assembleia Municipal o vereador Rui Gouveia disse que seria mil e oitocentos euros. Também perguntou qual o retorno económico que a festa Romarias da Madeira tem para o concelho. Referiu a vandalização dos chuveiros do Calhau da Lapa e perguntou o que o executivo irá fazer neste caso.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que a verba de seiscentos mil euros estava incorreta. As estradas que estão incluídas nos Contratos Programa são a do Pico-Ferreiro para a Banda Além e a estrada da Vigia no Campanário. Em relação à Lei de Meios, a obra da Longueira, no Campanário, de sessenta e oito mil euros, irá começar brevemente. -----

-----O Vereador Rui Gouveia, com a devida autorização do Presidente da Câmara, disse que na última Assembleia referiu que o valor do palco seria de mil e oitocentos euros mais IVA, e que um outro valor que consta nos dois mil quatrocentos e quarenta euros referidos pela deputada Adelina é da ligação de energias às barracas.-----

-----O Presidente da Câmara reconheceu ter conhecimento de atos de vandalismo no Calhau da Lapa no passado, mas não tem conhecimento de nada neste momento.---

-----A deputada Adelina perguntou se a verba destinada à Ribeira Brava pelo Orçamento Retificativo é para as obras das estradas do Pico-Ferreiro e da Vigia. Questionou o retorno que a festa Romarias da Madeira teve para o concelho e referiu que os estragos no Calhau da Lapa aconteceram no final de agosto.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que não foi contactado sobre uma verba de seiscentos mil euros e não sabe de que se trata. Disse que desde o início do seu mandato sempre pretendeu promover a dinamização do concelho e que a festa das Romarias da Madeira foi uma forma de atrair mais pessoas à Ribeira Brava. Nesta festa houve patrocínios, que motivaram um saldo positivo de mil e quinhentos euros que a Câmara irá oferecer aos Bombeiros Municipais.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS questionou sobre as datas previstas de início para as obras da Vigia e da Longueira, também perguntou se a Câmara tem feito pressão para o arranjo da estrada regional no Campanário.-----

-----O Presidente do Executivo referiu que desde julho tem estado em contato com o diretor das estradas e que estão a aguardar um visto do Tribunal de Contas para avançar. Disse que na semana anterior a Câmara enviou um ofício à Vice-presidência a relembrar o problema da estrada e a sua necessidade.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que estão a ser retirados inertes da frente-mar e questionou porque não fazer a requalificação da frente-mar através da Lei de

X
[Handwritten signature]

Silvius
Alm

Meios. Referiu ainda que as estradas nos outros concelhos estão em boas condições e que só na Ribeira Brava é que isso não acontece.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que compete ao Governo arranjar a estrada, no entanto, caso a Câmara tivesse capacidades financeiras consertava a estrada, mas de momento não é possível. Em relação à frente-mar foi solicitado parecer no que diz respeito à retirada de inertes, e que esse material está a ser utilizado para fins públicos.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP perguntou porque não foi possível o passadiço para o Calhau da Lapa e que deveriam começar a preparar para o próximo ano essa possibilidade. Qual será o futuro do espaço da antiga escola do Bom Despacho. O caminho da Chamorra de Baixo quando será finalizado. A "Casa do Alexandre" em Campanário qual será o seu destino. Quantas carrinhas a Câmara alugou para o transporte escolar e porque no dia anterior ao início das aulas a Câmara ainda não sabia como iriam funcionar os transportes escolares, parecendo que a Câmara está a desvalorizar a educação. Questionou ainda que a Câmara não colocou as Associações a fazer os transportes escolares porque iam contra a lei, mas será que os transportes públicos estão a cumprir com a lei. Qual o futuro do campo de futebol da Adegá. Perguntou se a Câmara emitiu alguma licença para obra do IGA. Falou ainda sobre a degradação dos parques infantis.-----

-----O Presidente do Município disse que em relação ao passadiço para o Calhau da Lapa a Ponta Oeste solicitou pareceres da Capitania e dos Portos, pedido que foi realizado tardiamente. Em relação à Praceta do Bom Despacho não há possibilidade financeira de momento. A direção de estradas demonstrou interesse em ficar com a "Casa do Alexandre" para armazém, mas ainda estão a aguardar resposta. Em relação à educação, há muito tempo que não se pintavam as escolas do concelho, não houve possibilidade de pintar em agosto por motivos pessoais dos funcionários da autarquia. Estamos a valorizar as escolas e há pouco tempo entregamos tinteiros para as mesmas. Foi através de ajuste direto a aquisição de transportes em carreira pública para os transportes escolares e temos recebido um bom feedback. Em relação à aquisição de carrinhas, a Câmara lançou um concurso público internacional para o renting de seis viaturas, só uma empresa concorreu e estão a tratar da entrega de documentação, entretanto estão a fazer os transportes com as carrinhas da Câmara e em alguma situação recorrem a táxis. O concelho ainda não tem disponível o carregamento de automóveis elétricos. Em relação à emissão de licença para obra do IGA, não tem conhecimento, mas se é referente ao IGA a Câmara não intervém. O Campo de Futebol da Ribeira Brava não há disponibilidade financeira de momento e o Campo da Adegá foi aberto concurso para aluguer do mesmo. Os parques infantis estão em mau estado mas a Câmara irá tentar concorrer a um programa europeu para melhoramento dos mesmos.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS interveio dizendo que os inertes do Calhau da Lapa foram removidos e que em princípio já não será necessário o passadiço.-----

Filipe Reis

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezasseis horas e cinquenta minutos.-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo conforme alínea n.º dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município informou que as obras na Longueira irão ter início na próxima segunda-feira, dia 29 de setembro. Referiu que em relação às lojas do Mercado Municipal e loja do Parque de Estacionamento houve concurso público para o aluguer das mesmas. As lojas da parte superior do mercado foram alugadas, as de baixo apesar de várias propostas, os interessados desistiram. A loja do Parque de estacionamento não teve qualquer proposta. Em relação à dragagem do Calhau da Lapa deveu-se a uma contrapartida devido a uma licença que a Câmara pagou. Os serviços camarários agora estão abertos à hora de almoço para estarmos mais perto da população. O novo site da Câmara irá ser apresentado em breve. O executivo continua a tentar controlar as despesas.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS fez uma interpelação à mesa sugerindo que os documentos chegassem aos deputados através da Via CTT, pois quem não tem email muitas vezes acaba por não receber a documentação a tempo.-----

-----O Presidente da Assembleia disse que segundo o Regimento as cartas são enviadas por correio registado e só cinco dias antes pode enviar a ordem de trabalhos, pois a lei assim o determina e também a respetiva documentação.-----

-----A deputada Manuela Gomes do PS referiu que devemos quando a lei diz três dias devemos dar mais dois dias devido aos atrasos dos CTT.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que os assuntos para a ordem de trabalhos podem entrar até cinco dias antes da sessão e só depois pode redigir a ordem de trabalhos e enviá-la aos deputados.-----

-----A deputada Manuela Gomes do PS voltou a referir que devemos ter em conta os atrasos dos CTT.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta de “Taxa Municipal pelos direitos de passagem para o ano de dois mil e quinze” conforme a alínea b) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município disse que a Câmara propõe que seja cobrada a taxa máxima e que esta é uma importante receita para a Câmara.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se as empresas que cobram estas taxas têm feito as transferências atempadamente.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que com a Empresa de Eletricidade têm feito acerto de contas na iluminação pública, normalmente com receitas superiores e que as outras empresas têm os valores regularizados.-----

-----Colocada à votação esta proposta foi aprovada por maioria com um voto contra do PTP.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto disse que a Câmara não deveria cobrar a taxa máxima porque, tal como o Presidente disse, a Câmara teve

A

[Handwritten signature]

*Silvino
Alm*

receita, e assim só vem prejudicar os cidadãos.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que os valores cobrados pela Câmara são às empresas e que a lei assim o permite e é uma importante receita para a autarquia.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta de “fixação da taxa da participação no IRS para o ano de dois mil e catorze” conforme a alínea d) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município disse caso a Assembleia não aprove esta proposta a Câmara não recebe aquilo que o cidadão desconta no seu IRS. A Câmara cobra a taxa máxima, tem um impacto pequeno para o cidadão mas grande para as finanças da autarquia.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS apresentou uma proposta do PS com o seguinte conteúdo: “Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Brava: - Atendendo à atual conjuntura financeira que reduz o poder económico das famílias; - tendo em conta que a maioria dos munícipes conta os cêntimos ao longo do mês; propõe que a taxa proveniente de IRS a reverter aos munícipes seja de dois por cento, ficando a Câmara Municipal com três por cento, aliviando assim o custo de vida de muitas famílias deste concelho.”-----

-----O Presidente da Assembleia disse que como a proposta do PS contradiz a da Câmara iremos votar primeiramente a proposta da Câmara, caso a da Câmara não seja aprovada, será colocada à votação a proposta do PS.-----

-----O Presidente da Assembleia determinou um intervalo de dez minutos.-----

-----A Assembleia voltou aos trabalhos pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara relativamente à fixação da taxa da participação no IRS para o ano de dois mil e catorze foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, treze do PSD e um do CDS e restantes contra.-----

-----O deputado Marco Martins do CDS votou a favor devido às grandes dificuldades que o concelho atravessa.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto disse que a Câmara deveria devolver o dinheiro ao munícipe.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que a Câmara precisa de receitas para resolver os problemas dos munícipes. Deu o exemplo da Câmara de Santa Cruz que diminuiu a taxa de IRS e lançou a de Proteção Civil, aumentando assim as despesas da população.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que o PS sempre aprovou a taxa máxima, mas este ano apresentou esta nova proposta, porque os cidadãos são sempre os mais prejudicados.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação da proposta de aplicação da taxa de IMI para o ano de dois mil e quinze.-----

-----O Presidente do Município referiu que é necessário definir taxas e manter as mesmas do ano anterior. A Câmara propõe que os prédios urbanos já avaliados a taxa

A
J
F
Santos

seja de zero virgula três, os prédios urbanos que ainda não foram avaliados zero virgula cinco e os prédios rústicos zero virgula oito. A Câmara está com um saneamento financeiro e segundo o mesmo deveria colocar a taxa máxima de IMI, mas como estamos a superar a receita de IMI que estava prevista e a taxa de IRS e de direitos de passagem estão no máximo e assim ajudamos a população.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS questionou se a Câmara interfere na questão do zoneamento das áreas e também como a Câmara obtêm os valores que a ela dizem respeito no que se refere ao pagamento de IMI às Finanças.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que a Câmara não define os zoneamento. Em relação aos valores de IMI, as Finanças fazem a entrega à Câmara mensalmente.-----

-----Colocado à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD em declaração de voto congratulou a unanimidade da Assembleia.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP na sua declaração de voto disse que votou a favor porque a Câmara teve em consideração os munícipes e reconhece o trabalho do executivo neste aspeto.-----

-----Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do “Plano de ação para a energia sustentável no Município de Ribeira Brava para o horizonte temporal de dois mil e vinte”, conforme alínea h) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Foi cedida a palavra, pelo Presidente do Município, ao Vice-Presidente Marcelino Pereira que informou que no mandato anterior foi aprovado o protocolo do Pacto de Autarcas, onde os municípios assumiram o compromisso para a poupança de energia e redução da emissão de CO2. Deu como exemplo a media que a Câmara tomou no que diz respeito ao estacionamento gratuito para carros elétricos. A Agência de Energia da Região apresentou uma proposta para redução dos gases e poupança de energia, sem custos para a Câmara. Este plano de poupança de energia durará até dois mil e vinte.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS interveio referindo que é com gosto que vê a Câmara participar no Pacto de Autarcas, apesar do atraso. Disse que o estacionamento gratuito para os carros elétricos foi proposta do CDS. Questionou se todos os painéis solares existentes nos prédios funcionam e se a nova Escola Padre Manuel Álvares já contempla esta esta situação. Quem tomou iniciativa de fazer este plano e que incentivos a Câmara irá aplicar.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira disse que os painéis solares da Escola de São João e Escola da Sede funcionam, mas são para aquecer a água para tomar banho. A Câmara irá contatar empresas para arranjar soluções para a poupança de energia. O plano tem sido feito em conjunto com a Agência de Energia através de reuniões e troca de informações. A Escola Padre Manuel Álvares é uma obra do Governo Regional, mas pensa que já deve estar contemplado painéis solares para a mesma.-----

A
[Handwritten signature]
Fábio Santos

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que houve um levantamento da eficiência energética do concelho mas que não sabe quais as conclusões a que chegaram. -----

-----Colocado à votação o ponto número cinco foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS apresentou a seguinte declaração de voto: “O grupo parlamentar do CDS-PP votou a favor desta proposta, consciente das dificuldades para atingir os objetivos mencionado no Plano de Ação para a Energia Sustentável no Município de Ribeira Brava tal como acordado no Pacto de Autarcas. Todas as formas de proteção do meio ambiente, bem-estar das populações, saúde pública, promoções das atividades económicas e o desenvolvimento sustentável do Município são para o CDS – Partido Popular de extrema importância onde contribuiremos com empenho e determinação para que se cumpram os objetivos propostos no Pacto de Autarcas para o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis não obstante de alterações futuras que possam ser feitas à proposta apresentada pela Câmara Municipal.”-----

-----O deputado Marco Almas do PTP apresentou uma declaração de voto: “ O Plano de ação para a energia sustentável no município da Ribeira Brava merece a nossa aprovação, porque é um plano realista, ambicioso e necessário para uma política de ambiente sustentável à escala municipal. No entanto, no que diz respeito ao investimento municipal até dois mil e vinte, queremos evidenciar que é muito pouco. Mais de setenta e seis virgula dois por cento do investimento para o cumprimento dos objetivos ficará a cargo dos munícipes, enquanto a Câmara Municipal da Ribeira Brava assumirá apenas cerca de vinte e quatro virgula oito por cento do investimento. Entendemos que a autarquia deveria reforçar o investimento municipal de modo a garantir a sua execução e viabilidade.”-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse em declaração de voto que a Câmara está a trabalhar no sentido de melhorar.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que a Câmara já deveria ter aplicado este plano há mais tempo, pois as novas energias vão prevalecer no futuro e a Câmara já tinha realizado um estudo para saber a eficiência energética.-----

----- Ponto seis – Apresentação, discussão e votação das propostas de alteração ao Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo no Município de Ribeira Brava, conforme alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que neste ponto existem duas propostas que serão discutidas em conjunto mas votadas em separado.-----

-----O Presidente do Município pediu para intervir e perguntou o que estava o PTP a fazer na última sessão da Assembleia quando o assunto foi discutido. O Presidente disse que a Câmara é que deve fazer os regulamentos, questionando se esta alteração ao regulamento era legal e não teria que ir novamente a discussão pública. Caso esta proposta seja aprovada a Câmara irá pedir um parecer para saber se a situação é legal.-----

A.



-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou se caso uma instituição não gastar o dinheiro de uma rúbrica se pode alterar para outra.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, proponente do ponto seis, respondeu que esta proposta não é relacionada com dinheiro, mas sim com quem toma as decisões.---

-----O Presidente da Assembleia disse que o ponto seis foi admitido na ordem de trabalhos tendo em conta o ponto três do artigo vinte e cinco do Regimento, mas caso posteriormente haja um parecer a negar a eficácia da votação a mesma ficará sem efeito. O Presidente questionou o plenário se estavam de acordo com esta decisão.-----

Silvia Alm

-----O deputado Marco Almas do PTP solicitou que a Mesa da Assembleia solicite um parecer para saber a legalidade do ponto por si introduzido, retirado assim a sua proposta, e então posteriormente, caso seja legal, apresenta novamente a sua proposta.-----

-----No final da sessão, visto haver inscrições do público para intervir na sessão da Assembleia, foi dada a palavra à senhora Agostinha da Côrte que falou sobre um caminho que foi construído no Pomar da Rocha e canalizaram a água por uma vereda que passa junto à sua casa e que a água está a "cavar" a esquina da casa. Também solicitou que arranjassem uma vereda que vai da sua casa até ao Poço Caminho, vereda por onde não passa à mais de três anos. Também alteraram os degraus de outra vereda e agora só consegue descer essas escadas sentada. A senhora Agostinha referiu que alguém lhe disse que lhe deram material para arranjar a vereda, mas nunca lhe entregaram nada.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino pediu para intervir e disse que as águas foram canalizadas para a levada que existia na vereda. Disse que ninguém deu material à Senhora Agostinha. O Vice-Presidente disse que o trabalho está agendado e a Câmara irá resolver a questão. Referiu também que a senhora Agostinha tem um processo na ADBrava e a mesma é que irá despachar esse processo.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS disse que a Câmara deveria averiguar se as águas estão mal canalizadas e solucionar o problema.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse que se os estragos aconteceram no vinte de fevereiro a Câmara deveria ter inserido essa obra na Lei de Meios e que a vereda deve estra apta para todos.-----

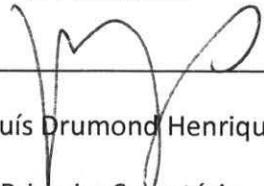
-----O Presidente da Assembleia determinou uma pausa de cinco minutos para finalização da redação da minuta.-----

-----Foi lida a minuta referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Colocada para votação a minuta foi aprovada por unanimidade.-----

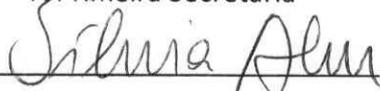
-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente



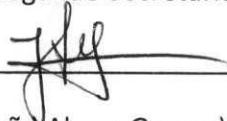
(João Luís Drumond Henriques)

A Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)